

# INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS, COM ÊNFASE NO ENSINO E APRENDIZAGEM

## SCHOOL INCLUSION OF AUTISTIC CHILDREN WITH EMPHASIS ON TEACHING AND LEARNING

FRANCIELLY RODRIGUES PIMENTEL<sup>1</sup>, ISADORA FELIPE CARNEIRO<sup>2</sup>, JULIANA PEREIRA DE SANTANA<sup>3</sup>, SABRINA GABRIELA FERNANDES BORGES<sup>4</sup>, LUCIANE SILVA DE SOUZA<sup>5</sup>

### RESUMO

O objetivo desse estudo é analisar o ensino e a aprendizagem na iniciação escolar das crianças diagnosticadas com Transtorno de Espectro Autista (TEA). A legislação brasileira é inclusiva, ou seja, garante a toda criança o direito de estar matriculada e frequentar uma instituição de ensino regular. A pesquisa envolve um levantamento bibliográfico relacionado ao processo de ensino-aprendizagem da criança com autismo com fundamento em Bosa (2002) e Cunha (2016, 2020), bem como aborda uma pesquisa de campo em uma escola pública, na cidade de Goiânia-GO. Para isso, propomos um questionário ao coordenador desta escola da Rede Estadual de Ensino. Percebeu-se que ainda há uma grande lacuna no processo de ensino-aprendizagem de crianças com autismo. É possível perceber certa falta de conhecimento por parte de profissionais da educação em relação ao autismo e à aplicação de estratégias e métodos específicos que auxiliem nesse processo de aprendizagem. Há, no entanto, um avanço significativo nesse sentido; esses profissionais têm buscado mais capacitação em um momento em que as famílias procuram por soluções mais humanas para os seus filhos. Nesse sentido, a família tem sido parte fundamental no processo de ensino-aprendizagem, pois a sua participação na vida escolar da criança contribui para que ele aconteça de forma expressiva.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Autismo. Ensino-aprendizagem. Crianças.

### ABSTRACT

The aim of this study is to analyze teaching and learning in the initiation of children diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD). Brazilian legislation is child-inclusive, or guarantees the right to be enrolled and attend a regular education institution. The research involves a bibliographic survey related to the teaching-learning process of the child with the foundation of autism in Bosa (2002) and Cunha (2016, 2020), as well as a field research in a public school, in the city of Goiânia- GO For this, we propose an internship at this school of the State Education Network. It was noticed that there is still a big gap in the teaching-learning process of children with autism. It is possible to perceive a certain lack of knowledge on the part of education professionals regarding autism and the application of strategies and methods that help in this learning process. There is, however, a significant advance in this direction; these professionals seek more training at a time when their families are looking for more humane solutions for their children. In this sense, the family has been fundamental in the teaching-learning process, as its participation in the child's school life contributes to its occurrence in an expressive way.

**Keywords:** School inclusion. Autism. Teaching-learning. Children.

---

<sup>1</sup> Francielly Rodrigues Pimentel. Curso de Pedagogia. E-mail: franrpimentel@hotmail.com.

<sup>2</sup> Isadora Felipe Carneiro. Curso de Pedagogia. E-mail: isacarneirofelipe@gmail.com.

<sup>3</sup> Juliana Pereira de Santana. Curso de Pedagogia. E-mail: julianasantanavilela2@gmail.com.

<sup>4</sup> Sabrina Gabriela Fernandes Borges. Curso de Pedagogia. E-mail: sabrina.gaby111@gmail.com.

<sup>5</sup> Luciane Silva de Souza. Professora Orientadora. Doutora em Ciências da Educação, Mestra em Letras e Linguística, graduada em Letras e Linguística, Direito e Pedagogia. Possui pós-graduação *lato sensu* em Educação Inclusiva e em Gestão e Coordenação. E-mail: profalucianesouza@gmail.com.

## 1. INTRODUÇÃO

O relatório de recomendações publicado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC (2021) estima que uma em cada 160 crianças apresente o Transtorno do Espectro Autista - TEA<sup>6</sup> e que haja no mundo 52 milhões de casos. De acordo com a mesma publicação, embora ainda tenhamos poucas divulgações acerca destes dados no Brasil, estima-se uma população de aproximadamente 2 milhões de indivíduos com TEA.

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – CONITEC (2021) também afirma que, segundo o Censo Escolar da Educação Básica (2019), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre os anos de 2017 e 2018, houve aumento de 37% de alunos com TEA matriculados em escolas da rede regular.

Esses dados no Brasil são bastante imprecisos, mas tendem a mudar. A Lei Nº 13.861/2019 obriga a inclusão de dados do TEA nos Censos Demográficos. Importante acrescentar também que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (2017), os estudos epidemiológicos realizados nos últimos 50 anos mostram que a prevalência de TEA parece estar aumentando globalmente.

O diagnóstico do autismo, por ser essencialmente clínico, é feito por meio de observação direta aos comportamentos do paciente, e sustentada por entrevistas com os pais e/ou cuidadores. Os sintomas característicos desse transtorno aparecem antes dos 3 anos de idade e podem ser diagnosticados por volta dos 18 meses. “Os pais normalmente começam a se preocupar entre os 12 e os 18 meses, na medida em que a linguagem não se desenvolve” (KLIN, 2006, p.6).

Antes do surgimento do TEA, tudo que era falado dentro do parâmetro da lei, utilizava-se o termo Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD (FERNANDES, 2016). Quando um professor solicitava uma avaliação médica, era comum o profissional se basear pelos parâmetros da TGD. Esse termo era muito utilizado quando a criança apresentava dificuldades de socialização ou comunicação social, atraso de linguagem, e comportamentos agressivos; independente se houvesse comprometimento intelectual, ou afetasse a evolução

---

<sup>6</sup> A partir deste momento, utilizar-se-á a sigla TEA para fazer referência ao termo Transtorno do Espectro Autista.

acadêmica. O TEA é um tipo de síndrome que se enquadra no grupo das TGD (SCHMIDT, 2004).

Diante desse quadro, questionamos a abordagem geral e de protocolos do processo de ensino-aprendizagem de crianças autistas em uma escola da Rede Estadual de Ensino de Goiás. Para isso, é preciso analisar os meios que balizam a rotina, o uso concreto das estratégias, os aspectos sensoriais, o planejamento escolar e a participação da família. Assim, podemos compreender qual a maneira correta de utilização dos métodos de ensino, para proporcionar a melhor aprendizagem possível dos conteúdos.

Durante algum tempo, há discussões acerca das pesquisas que abordam a alfabetização de crianças com deficiências e transtornos. Estudos que dissertam sobre as dificuldades envolvidas com o TEA. Sendo assim, o objetivo deste artigo é apresentar os pontos relevantes de atuação com essas crianças, em uma visão geral daquela escola da rede pública de ensino do Estado, e buscar entender como proceder para melhorar o ensino e a aprendizagem. Dessa maneira, buscamos contribuir para a reflexão sobre a possibilidade de melhorar o desenvolvimento intelectual, cognitivo, e conseqüentemente, social da criança com autismo.

Para melhor compreensão do tema, faremos uma abordagem geral sobre os principais aspectos do TEA relacionados às crianças, destacando as principais características, os principais métodos, a visão da rede de apoio destas crianças (escolas e família), assim como aquilo que a legislação tem reservado aos autistas. Por fim, trataremos dos resultados e discussões sobre o modo de inclusão proposto pela escola pesquisada, com o intuito observar a inclusão dessas crianças e o processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, em razão da problemática que o tema traz, é relevante questionar a efetividade das medidas propostas por leis; no sentido de perceber o estágio em que se encontra uma escola da Rede Estadual de Educação de Goiás, em relação à inclusão de pessoa com TEA, e o quanto a possibilita ter a dignidade proposta pela Constituição Federal.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar qualitativamente a relação ensino-aprendizado que as estruturas escolares têm ofertado a crianças diagnosticadas com TEA, que estão em fase escolar. E como objetivos específicos: identificar o que na literatura tem referenciado acerca do desenvolvimento escolar de crianças autistas; verificar como é feito o atendimento de crianças autistas em uma escola da Rede Estadual de Ensino de Goiás e fazer um prospecto da abordagem do Ensino público para estes casos; entender as diversas perspectivas sobre o ensino e aprendizagem de crianças com TEA e analisar o que se pode fazer para alcance do melhor desenvolvimento possível para estas crianças.

Nossa pergunta-problema foi: Como está o ensino e aprendizagem de crianças diagnosticadas com TEA? Tínhamos como hipótese: As escolas não possuem infraestrutura e capacitação para receber esses alunos com TEA. Nesse sentido, após a pesquisa, conseguimos chegar à seguinte conclusão: Após muito progresso nesse campo, a abordagem desses alunos é satisfatória, mas ainda necessita de aperfeiçoamento nas políticas públicas, nos planos pedagógicos, na infraestrutura física e investimento na capacitação de equipe diretiva.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO AUTISMO**

### **2.1. Histórico dos posicionamentos teóricos sobre o autismo**

O termo autismo foi citado em 1906 por Plouller, quando tratava o pensamento de pacientes com diagnóstico de demência. Entretanto, o termo se consolidou em 1911 pelo psiquiatra Eugen Bleuler (GAUDERER, 1993).

Em 1930, Melanie Kain descreveu o caso de uma criança de quatro anos com demência precoce, ela relatou essa criança como uma pessoa carente de afeto e indiferente ao que acontecia ao seu redor, ao ambiente em sua volta, aos brinquedos, e à presença ou ausência da mãe. Na maior parte do tempo, articulava sons sem se comunicar de forma específica. Foi nesse mesmo período que a psiquiatria infantil passou a ser uma especialidade médica independente (ABRÃO, 2020).

Até então, o autismo era um sintoma da esquizofrenia. Em 1943, o psiquiatra infantil Leo Kanner foi o primeiro a descrevê-lo como um transtorno distinto (ARTIGAS-PALLARÈS; PAULA, 2012). Kanner passou a denominá-lo de distúrbio autístico de contato afetivo. Em seu artigo, após acompanhar as 11 crianças, de variadas idades, Kanner, deu início a uma nova perspectiva do que viria a ser esse transtorno. ALBUQUERQUE; CORTÊS, 2020).

Durante seus estudos, Kanner identificou características marcantes, como a tendência ao isolamento. Para ela, a desordem fundamental estava na incapacidade das crianças de virem a se relacionar de maneira comum com as demais pessoas e sobre as situações vivenciadas desde o começo da vida, havendo, desde o início, extremo isolamento autista. Ao relatar os casos, Kanner procurou descrevê-los detalhadamente, o que veio a reconhecer como uma afecção autônoma e específica ligada aos primeiros anos da infância (ALBUQUERQUE; CORTÊS, 2020).

Em 1944, o pediatra austríaco Hans Asperger, em sua observação, sobre a Síndrome de Asperger, notou naquelas crianças: falta de empatia, movimentos descoordenados e repetitivos e hiperfoco. Foi ele também que apontou em suas pesquisas que existe uma grande predominância desse quadro em meninos. A Síndrome de Asperger foi incorporada ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-4 em 1994, descrita como um subtipo dos Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD (AMERICANA, 1995).

1º Síndrome de Asperger: É considerada a forma mais leve entre os tipos de autismo e é três vezes mais comum em meninos do que em meninas. Normalmente, quem possui a síndrome conta com uma inteligência bastante superior à média e pode ser chamado também de “autismo de alto funcionamento”. Também é normal que esse autista se torne extremamente obsessivo por um objeto ou um único assunto – e passe horas discutindo ou falando sobre o assunto. (SILVA *et al.*, 2018, p. 10).

No ano de 1978, ocorre uma grande evolução na classificação desse transtorno. Michael Rutter propôs definir o autismo sob quatro critérios, (KLIN, 2006, p. 2):

- 1) atraso e desvio sociais não só como função de retardo mental;
- 2) problemas de comunicação, novamente, não só em função de retardo mental associado;
- 3) comportamentos incomuns, tais como movimentos estereotipados e maneirismos;
- e
- 4) início antes dos 30 meses de idade. (KLIN, 2006, p. 2)

Depois disso, há alguns novos estudos, conceitos e definições para este transtorno. Mas o evento de maior relevância ocorreu em 2013: o DSM-5 acolhe todas as subcategorias do autismo em um mesmo diagnóstico, que passa a ser Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os diagnósticos diferenciam-se apenas pela gravidade de seu caso. A Síndrome de Asperger deixa de ser uma condição diversa e, agora, o TEA é definido apenas pelas deficiências sociais e de comunicação e pela presença de comportamentos repetitivos e estereotipados.

### **2.2.1 Interação social da criança autista**

No Autismo, a interação social é prejudicada e deficitária por vários motivos: problemas sensoriais, atraso de linguagem, dificuldades para usar formas de comunicação ou para perceber sentimentos, gestos e faces humanas. Portanto, esta criança deve ser sempre colocada em atividades sociais, saindo de casa e indo para ambientes onde há outras crianças. Lemos, Salomão e Agripino-Ramos (2012, p. 10) destacam que

a relevância dos aspectos sociais da interação para o processo de aquisição da linguagem é indiscutível, tendo em vista que o desenvolvimento da comunicação é fundamentalmente interacional, sendo de grande importância os comportamentos verbais e gestuais. Considerando que os indivíduos com autismo apresentam prejuízos nessas áreas, cabe aos profissionais, que com eles trabalham, utilizarem estratégias que contemplem a aquisição de habilidades que são pré-requisitos para que outras se efetivem.

Diante disso, estimular e intervir precocemente nestes atrasos é essencial e, deve ser empreendido antes. Segundo Höher, Camargo e Bosa (2012, p. 7), “o contexto escolar oportuniza contatos sociais, favorecendo o desenvolvimento da criança autista, assim como o das demais crianças, na medida em que convivem e aprendem com as diferenças”.

Lira (2004, p. 14) descreve que

o professor precisa traçar e reformular planejamentos individuais, além de adaptar recursos de ensino tradicionais e criar estratégias orientadas nas necessidades do educando. Para tanto, é preciso observar os comportamentos das crianças no sentido de apreender detalhes da criança que servirão como indicativos de sua zona de desenvolvimento, podendo, assim, ajudá-la em seu processo de aprendizagem.

Isso só reforça a ideia de que os professores precisam ser mais bem preparados para a utilização de estratégias referentes à comunicação tanto verbal quanto não-verbal que favoreçam a aprendizagem das crianças autistas. De acordo com Silva e Facion (2008, p. 8),

aproveitar a atenção e a iniciativa de crianças com autismo para explorar determinados objetos e utilizar esta iniciativa como via para estabelecer e manter as trocas de ações com essas crianças pode ser uma alternativa frutífera para enriquecer o contato social delas com outras pessoas, tanto com adultos como também com outras crianças.

Assim, para que a criança autista participe mais ativamente das interações que permeiam a rotina escolar, é preciso que o educador, antes de tudo, observe para, depois, adotar estratégias que favoreçam a interação social e, sobretudo, os comportamentos de iniciativa do aluno.

## **2.2. Autismo e o processo de ensino-aprendizagem**

O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se fundem para construir o conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão própria, da nossa humanidade, que abarca todos, inclusive aqueles com autismo (CUNHA; BORDINI; CAETANO, 2015, p. 15).

O processo de ensino e aprendizagem é de fundamental importância para os indivíduos que possui TEA. É a partir desse processo que o indivíduo pode se desenvolver e ter uma maior qualidade de vida, os docentes devem promover atividades de acordo com a necessidade de cada indivíduo. De acordo com Cunha (2016, p. 20), “Na escola, devem-se utilizar o afeto e os estímulos peculiares do aluno para conduzi-lo ao aprendizado, porque, na educação, quem mostra o caminho é quem aprende e não quem ensina”.

Após o aluno ser incluído na escola, cabe ao educador fazer a primeira identificação na criança de algo que não está dentro da normalidade, uma conduta essencial para a intensificação à comunicação, interação social da criança no ambiente escolar e na sociedade.

O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social das crianças, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais. Será sempre pertinente o professor ou a professora observar atentamente seu aluno, quando este apresentar algumas das seguintes características comportamentais: retrai-se e isolar-se das outras pessoas; não manter o contato visual; desligar-se do ambiente externo; resistir ao contato físico; inadequação a metodologias de ensino; não demonstrar medo diante de perigos; não responder quando for chamado; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; ter dificuldades para simbolizar ou para compreender a linguagem simbólica; e ser excessivamente literal, com dificuldades para compreender sentimentos e aspectos subjetivos de uma conversa. (CUNHA, 2016, p. 24-25).

A escola é, sem dúvida, o passo inicial para a integração e a inclusão do aluno autista. Kupfer (2007, p. 36) destaca que:

A criança moderna é uma criança indissolúvelmente ligada ao escolar, que lhe atribui o lugar social, a inserção social, é o que a constitui, o que lhe dá identidade [...]. A história sublinha então uma dimensão da infância que é dada pelo campo social, que a enquadra, lhe dá significação e interpretação. O campo social também define um tempo para essa infância, que é justamente a escolarização obrigatória.

Desde o nascimento da criança, sabe-se que todo o desenvolvimento e a aprendizagem são processos naturais de cada indivíduo, mas a aprendizagem escolar é diferente da aprendizagem espontânea, pois a escola é que produz algo novo e diferente no processo de desenvolvimento da criança. Um ensino para todos os alunos na perspectiva inclusiva há que se distinguir pela qualidade, o desafio de fazê-lo acontecer é uma tarefa que deverá ser para todos os que compõem o sistema de educação.

É necessário considerar que o curso de desenvolvimento desse sujeito passa pela colaboração, pela ajuda social de outra pessoa, que inicialmente é a sua razão, sua vontade, sua atividade. Essa tese coincide plenamente com o curso normal do desenvolvimento da criança. (ANACHE, 2008, p. 52)

Para que haja uma qualidade no ensino, são necessárias iniciativas de todos os envolvidos (gestores, pedagogos, professores, coordenadores, pais, alunos e demais profissionais da área) busquem e lutem pelo mesmo ideal, que é a melhoria do ensino-aprendizagem em todas as escolas, segundo as suas necessidades.

Cada escola é única, com seus problemas sociais, sua realidade, vivências, assim como seus alunos que são singulares. As mudanças necessárias para melhor atender uma instituição escolar e todos os que nela pertencem não acontecem por acaso e nem de forma instantânea.

Na escola este indivíduo tem que ser assistido por um corpo docente capacitado, com metodologias que auxiliem no seu desempenho. Os professores devem assistir esse aluno por meio da observação, é identificar a metodologia que irá desenvolver com este aluno. (CUNHA, 2020, p. 49)

O processo de conhecer o educando se inicia já na primeira entrevista com os pais ou com o próprio estudante. De acordo com Cunha (2016, p. 23),

O autismo tem que ter um olhar pedagógico e sabermos como lidar na escola e como abordá-lo, os sintomas variam muito de indivíduo para indivíduo. Em alguns quadros, há o acometimento de convulsões, já que o transtorno pode vir associado a diversos problemas neurológicos e neuroquímicos.

O currículo deve ser flexível a mudanças, pois não se tem uma metodologia pronta para se trabalhar; cada indivíduo é único com suas especificações e dificuldades. Cabe aos educadores saber identificar e trabalhar metodologias adequadas para que o indivíduo se desenvolva de forma satisfatória.

### **2.2.1. Métodos de aprendizagem TEACCH, PECS e MONTESSORI**

As práticas pedagógicas, de modo geral, possibilitam oportunidades para que as atividades propostas pelos educadores sejam significativas para os alunos. Assim, abordaremos três métodos de aprendizagem, são eles: o TEACCH (*Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children*), o PECS (*Picture Exchange Communication System*) e o Montessori.

TEACCH significa Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação. É um programa educacional e clínico com uma prática predominantemente psicopedagógico, criado a partir de um projeto de pesquisa que buscou observar profundamente os comportamentos das crianças autistas em diversas situações frente a diferentes estímulos (LOCATELLI; SANTOS, 2016, p. 214).

O PECS é um sistema muito utilizado para a comunicação de autistas, que ressalta a relação interpessoal, em que ocorre um ato comunicativo entre o indivíduo com dificuldade de fala e um adulto, por meio de troca de figuras, e estimulação com apoio visual, em uma sequência lógica permitindo ao autista expressar seus desejos e sentimentos (LOCATELLI; SANTOS, 2016, p. 210).

Já Maria Montessori revolucionou o processo de ensino-aprendizagem de sua época, pois eram bastante rígidos e tradicionais. A autora acreditava que as crianças podem se desenvolver espontaneamente a partir das vivências, dos estímulos da experimentação, em um ambiente adequado onde possa se desenvolver respeitando o tempo de cada indivíduo (FERNANDES; DE ARAÚJO, 2014, p. 250).

Os discentes trabalham com os docentes a partir do método da observação, em que podem identificar sua deficiência no processo ensino-aprendizagem, desenvolvê-los e identificar seus conhecimentos adquiridos. De acordo com Cunha (2020, p. 35):

o método montessoriano influenciou as teorias científicas e educacionais, difundindo-se mundialmente, incorporando-se a muitas instituições e práticas pedagógicas. Ainda assim, concomitante aos primeiros interesses da Pedagogia, a Medicina continuou a se preocupar com a educação especial.

As metodologias utilizadas por Montessori são difundidas para a educação especial. Para os alunos que possuem o autismo, esse método é o mais adequado para o seu desenvolvimento, pois o aluno é assistido por meio da observação, com a utilização de materiais didáticos.

### **2.3. Participação da família no tratamento e desenvolvimento de crianças autistas**

Para o autista, a família tem um papel muito importante no desenvolvimento. Ela pode desenvolver uma série de atividades para torná-los mais independentes, tais como escovar os dentes e trocar de roupas sozinhas, passeios em parques para que tenha contato com outras

pessoas. São ações simples, mas muito importantes para o seu desenvolvimento, pois, assim, a criança autista se tornará mais sociável.

Importante ressaltar que, nesse contexto, a família e a escola têm que caminharem juntas para que o desenvolvimento seja progressivo e ocorra de forma satisfatória. De acordo com Bosa (2002), as famílias modificam suas expectativas e valores com relação ao tratamento de seu filho pela fase de desenvolvimento da criança e do contexto familiar.

As práticas inclusivas nas escolas envolvem uma série de variáveis, que passam pela disponibilidade da direção em receber e realizar as adequações necessárias; pela experiência, formação, crenças e características pessoais dos professores; pelas características dos demais alunos inseridos na sala de aula; pela participação das famílias; e, principalmente, pelas características da criança com TEA (LEMOS; SALOMÃO; AGRIPINO-RAMOS, 2016, p. 353).

Sendo assim, ao conceber a escola como um espaço interdisciplinar, é essencial que a família esteja preparada para trabalhar de forma colaborativa com os professores, com a comunidade e com os demais profissionais que fazem parte da ação educativa. Todos, principalmente a família, devem ser parte colaborativa no planejamento de intervenções capazes de melhorar a qualidade de vida dos alunos, promovendo, assim, o seu desenvolvimento e aprendizagem.

#### **2.4. Constituição Federal de 1988**

A Educação Inclusiva tem ganhado bastante força e investimentos. Visando uma educação para todos, com práticas pedagógicas, as leis e regulamentos em prol de uma educação inclusiva estão sendo mais e melhor elaboradas.

O sistema educacional do Brasil é estruturado a partir de duas legislações principais: as diretrizes gerais da educação que são estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

De acordo com Silva e Peroni (2013), a atual Constituição Federal trouxe avanços em prol do direito à educação, pois reconhece, expressamente, a educação como um direito público subjetiva.

O capítulo III da Constituição Federal (1988) trata da Educação, da Cultura e do Desporto. A seção I refere-se especificamente à Educação. O texto constitucional mostra-se bastante relacionado às pautas inclusivas:

Art. 205. **A educação, direito de todos e dever do Estado e da família**, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, **visando ao pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

**I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**

II - **liberdade de aprender**, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

[...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

[...]

III - **atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência**, preferencialmente **na rede regular de ensino;**

[...]

V - **acesso aos níveis mais elevados do ensino**, da pesquisa e da criação artística, **segundo a capacidade de cada;**

[...]

Art. 214. **A lei estabelecerá o plano nacional de educação**, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

[...]

II - **universalização** do atendimento escolar;

(BRASIL, 1988 - grifo nosso).

Logo, a Constituição é o documento base da educação. É a partir dela, que os outros documentos surgiram. Por isso, encontramos na LDB e até no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA a regulamentação do que foi estipulado para as crianças na Constituição Federal de 1988.

#### **2.4.1. Declaração de Salamanca**

A Declaração de Salamanca foi criada em 1994, na cidade de Salamanca, na Espanha. Ela “oferece um ordenamento de ações que preconizam os encaminhamentos educativos com ênfase na educação inclusiva” (BREITENBACH; HONNEF; COSTAS, 2016). Ela veio conduzir a inclusão, nas políticas educacionais já presentes nas escolas públicas e privadas (BUENO, 2006).

Já havia pessoas com necessidades especiais presentes nas instituições de ensino, mas faltava-lhes regulamentação e diretrizes bases para as práticas educativas. De acordo com Breitenbach, Honnef e Costas (2016, p. 365):

já a versão da Declaração de Salamanca disponível hoje no website do Ministério da Educação está envolta em um cenário político que aloca, na educação, a responsabilidade pela inclusão social e, dessa maneira, pode-se observar massivos investimentos na Educação Profissional e Tecnológica e no Ensino Superior,

realizados com slogan de garantia de educação para todos, a qual possibilitará ao cidadão a inserção no mercado de trabalho e nas condições de consumo. Nessa lógica, no campo educacional, a educação inclusiva ganha força focada no âmbito da Educação Especial como sua promotora e responsável na escola.

No Brasil, a Declaração de Salamanca trouxe a responsabilidade da inclusão social na educação. Esse avanço faz com que tenha grandes investimentos na educação inclusiva, não só na Educação Básica, como também dentro de Educação Profissional, Tecnológica e no Ensino Superior, garantindo, assim, a educação para todos e a inclusão na sociedade.

#### **2.4.2. Lei de Acessibilidade, Lei da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e o Estatuto da Pessoa com Deficiência**

A Lei de Acessibilidade, Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, foi sancionada com o objetivo de promover às pessoas com deficiência e às pessoas com mobilidade reduzidas a eliminação de barreiras.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000).

Já é um grande avanço a Lei da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei Nº 12.764/12, equiparar o autista às pessoas com deficiência. Ela é a primeira lei que estabelece a relação de pessoa com TEA com a sociedade civil. No que se relaciona à criança autista, a qual é o foco da nossa abordagem, destacam-se estas providências legais:

Art. 1º Esta Lei institui a **Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista** e estabelece diretrizes para sua consecução.

[...]

Art. 2º São **diretrizes** da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

[...]

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, **objetivando o diagnóstico precoce**, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes;

[...]

VII - o **incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados** no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

[...]

Art. 3º São **direitos** da pessoa com transtorno do espectro autista:

[...]

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

- a) o **diagnóstico precoce**, ainda que não definitivo;
- b) o **atendimento multiprofissional**;
- c) a **nutrição** adequada e a **terapia** nutricional;
- d) os medicamentos;
- e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

- a) **à educação e ao ensino profissionalizante**;

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, **a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular**, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá **direito a acompanhante especializado** (BRASIL, 2012 - grifos nossos).

A Lei do Autista é bastante específica e relativamente curta, mas é rica em conteúdo de direito ao autista. Entretanto, é preciso atentar-se para a sua invocação e ao seu extensivo e bom uso para que as suas condições mudem aos olhos de toda sociedade. Nessa perspectiva, pessoas com deficiências foram, por anos, excluídas e isoladas da sociedade; o país padecia de normatizar a situação dessas pessoas. Felizmente, hoje, um marco e modelo que veio para orientar práticas governamentais em função das pessoas com deficiência.

Art. 27. A **educação constitui direito da pessoa com deficiência**, assegurados sistema educacional inclusivo **em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida**, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. “**É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência**, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar.

I - **sistema educacional inclusivo** em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a **garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade** que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - **projeto pedagógico** que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, **para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade**, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

[...]

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

[...]

X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos **programas de formação inicial e continuada de professores** e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;

XI - **formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado**, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;

[...]

XVII - **oferta de profissionais de apoio escolar**;

(BRASIL, 2015 - grifos nossos).

A Lei assegura, então, que o Estado, assim como a sociedade e a família, tem o dever de promover a educação e, conseqüentemente, a inclusão das pessoas com deficiências, sendo papel do poder público assegurar, incentivar e avaliar, resguardando assim os direitos das pessoas com deficiência.

Na lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da pessoa com deficiência), a pessoa com deficiência é aquela que tem algum impedimento por longo prazo, seja de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Segundo a lei em seu artigo 1º,

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Esse impedimento que a pessoa tem quando interage com outra não pode se tornar barreira e obstruir a participação dela na sociedade.

### **3. METODOLOGIA**

Esta pesquisa busca entender e compreender a realidade das crianças autistas no âmbito escolar, suas vivências, aprendizagens e as condições criadas pelo ambiente para o seu desenvolvimento.

Para chegar aos objetivos propostos, partiu de pesquisas: bibliográfica, documental e descritiva. Utilizou-se o método qualitativo. Como pesquisa técnica, realizamos a visita e uma entrevista com professores da Escola Estadual Nhanhá do Couto, no município de Goiânia, Goiás.

A pesquisa bibliográfica desse trabalho final de curso foi fundamentada através de livros e artigos que tratam sobre o tema do ensino e aprendizagem de crianças com TEA; em especial, livros sobre autismo e o ensino inclusivo.

A pesquisa bibliográfica, para Fonseca (2002, p. 32),

é realizada [...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

A Pesquisa de Campo é a ida ao local de estudo para observação e busca de dados. A pesquisa de caráter descritivo apresenta o objetivo de descrever as características de um grupo e os fatos observados, sem que haja interferência do pesquisador (GIL, 2008; PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa de campo desse trabalho final de curso foi feita por meio de entrevistas com os responsáveis pelo acolhimento e acompanhamento de alunos com necessidades especiais, com TEA, que frequentam a Escola Estadual Nhanhá do Couto.

Utilizamos a técnica da entrevista, cuja finalidade é a troca entre as pessoas em busca de informações sobre um determinado assunto, mediante uma conversa.

A obtenção de dados que forneçam informações essenciais sobre o objeto de estudo envolve a utilização de técnicas e aplicação de instrumentos específicos que viabilizem a aproximação do pesquisador com a realidade de interesse, permitindo a imersão no fenômeno investigado (OLIVEIRA, 2010, p. 67).

A Pesquisa Documental é a coleta de dados diretamente de documentos escritos ou não, já elaborados. De acordo com Flick (2009, p. 222),

A pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos. Ainda, uma pesquisa é caracterizada como documental quando essa for a única abordagem qualitativa, sendo usada como método autônomo. Porém, também é possível utilizar documentos e análise de documentos como estratégias complementares a outros métodos.

A Pesquisa Descritiva retira e descreve características específicas e referentes ao objeto em estudo. Para Triviños (1987, p. 112)

os estudos descritivos podem ser criticados porque pode existir uma descrição exata dos fenômenos e dos fatos. Estes fogem da possibilidade de verificação através da observação. Ainda para o autor, às vezes não existe por parte do investigador um exame crítico das informações, e os resultados podem ser equivocados; e as técnicas de coleta de dados, como questionários, escalas e entrevistas, podem ser subjetivas, apenas quantificáveis, gerando imprecisão.

O Método Qualitativo consiste em investigações de dados não estatísticos; busca compreender processos dinâmicos, como pensamentos e comportamentos. Minayo (2010, p. 57) descreve que “é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

## **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1. Descrição da Escola Estadual Nanhá do Couto**

A instituição que é o objeto dessa pesquisa pertence à Rede de Educação Estadual de Ensino. Chama-se Escola Estadual Nanhá do Couto e fica localizada no Setor dos Funcionários, em Goiânia, Goiás. Nela, são ofertadas aulas para as crianças dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

A escola recebe esse nome em homenagem à Maria Angélica da Costa Brandão, que ficou conhecida como Nanhá do Couto. Ela foi pianista, cantora lírica, professora e uma incentivadora da música erudita.

Na antiga capital do Estado, cidade de Goiás, ela tornou-se uma espécie de líder dos movimentos culturais e influenciou o ensino da música de piano. Musicista e promotora cultural, montou a primeira orquestra da cidade de Goiás, compondo os fundos musicais para os filmes mudos. Fundou um clube carnavalesco de mulheres e a primeira orquestra feminina do Brasil.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, no ano de 2019, a escola tinha 523 alunos matriculados, 19 turmas, 25 docentes e 17 auxiliares/monitores/tradutores de Libras. O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Os valores atribuídos pelo IDEB a esta Escola são de 7,2 para os anos iniciais e 6,3 para os anos finais do Ensino Fundamental; numa escala de 0 a 10. Estes são valores considerados muito satisfatórios para uma escola.

Comparadas às demais escolas nacionais ranqueadas pelo IDEB, a Escola Nanhá do Couto, respectivamente, está entre as 6% e 3% melhor avaliadas. Esta é, portanto, uma escola com avaliação muito boa.

O número de matrículas de alunos na educação especial (alunos especiais, classes especiais e incluídos) naquele ano eram 32 alunos, segundo o IDEB. Entretanto, hoje, conta com docentes com formação continuada em Educação Especial e uma ampla sala com recursos multifuncionais capacitados para todos os tipos de deficiências. Ela possui: jogos interativos, mapas em Libras e Braille, máquina de escrever em Braille e jogos matemáticos adaptados.

A Escola Estadual Nanhá do Couto oferece uma estrutura necessária para o desenvolvimento educacional dos seus alunos, como por exemplo: aparelhos multifuncionais,

como data show; internet banda larga em todo ambiente escolar; amplo recurso tecnológico com chromebook, TV's de 55 polegadas em todas as salas de aula; climatizados de ar em algumas dependências da escola; reciclagem de lixo; biblioteca; quadra esportiva coberta; área de convivência; banheiros adaptados sala do professor; alimentação balanceada oferecida pelo Estado de Goiás e com orientação de nutricionistas.

#### **4.2. Análises das entrevistas**

Fizemos três entrevistas com pessoas envolvidas no processo de acolhimento, acompanhamento e desenvolvimento de crianças com TEA na Escola Estadual Nhanhá do Couto.

Um dos maiores entraves para a inclusão de alunos com TEA são as estruturas escolares, tanto físicas como profissionais. E foi possível perceber nas entrevistas que a Escola Estadual Nhanhá do Couto já desenvolve um longo trabalho com a educação de crianças especiais. Mas pela individualidade de cada um dos casos dos autistas, as dificuldades se perpetuam a cada novo aluno, pois são ritmos, necessidades, histórias e capacidades totalmente distintos.

Cada uma das crianças demanda a sua própria velocidade de adaptação e de acompanhamento. Essa relação entre a fase de desenvolvimento e o potencial da criança é essencial. Entender onde ela está e o que se pode exigir dela representam um ponto de partida. Os profissionais relataram que o início de cada história é desafiante. Pensar na adaptação da criança e vislumbrar a rotina adequada é uma das maiores dificuldades.

Todavia, essas dificuldades têm sido bem contornadas. A escola tem se preocupado com a formação e a capacitação das equipes que circundam estas crianças. Os professores de sala e os professores de apoio são bem preparados para acolher e receber os alunos, além de mediar os conflitos e ruídos que possam vir a ocorrer com os demais elos dessa rede, sejam colegas ou profissionais. Além disso, apontam o diálogo com a família e com os próprios alunos, além de atividades orientadas como essenciais para a superação das dificuldades criadas nesse processo.

Outro fator importante neste enredo é o impacto do ensino-aprendizado para estas crianças. Percebemos na escola, nas entrevistas, que o objetivo principal da inclusão dos alunos é a interação social. E “o ensino especial é inclusivo quando se ocupa da autonomia do aluno e o capacita para o ensino regular, para a vida familiar e para a vida social (...) o ensino regular cumpre seu papel quando atende à diversidade discente com equidade...” (CUNHA, 2016, P34).

Neste cenário, as atividades em sala de aula têm menor relevância para estas crianças portadoras de TEA, visto que há uma entrega relativamente menor comparada às demais crianças. O tempo de aprendizado e adaptação aos exercícios são mais lentos. Mas, apesar da maior dificuldade, isso não se torna impeditivo para realização das atividades.

Os professores se preocupam com as respectivas adaptação e flexibilização do conteúdo para que caibam em suas limitações. Todos os exercícios propostos são realizados, de acordo com a base curricular de cada uma das necessidades especiais. O grande objetivo é explorar o potencial da criança e estimular a superação de suas dificuldades, impulsionando as suas habilidades, de modo a incentivar a leitura, a escrita e o conhecimento prévio, sempre que possível.

Quanto à metodologia e às estratégias de ensino adotadas para o melhor desempenho das crianças com autismo, vimos que há uma certa evolução das propostas pela literatura. Sabe-se que há diversos modos, mas o principal é a confiança e a rotina da criança, assim como autonomia e interação.

Podemos perceber, de forma clara, nas respostas obtidas, que a Escola Estadual Nhanhá Couto possui tais conceitos solidificados e demonstra-os em sua atuação diária com os alunos com TEA. Sobre este ponto, os professores relatam que é importante manter a rotina, pois ela gera segurança e estabilidade para a criança autista. Junto a isso, a própria necessidade de flexibilização das atividades faz o aluno sentir-se capaz de superar a si e aos obstáculos.

É importante ressaltar a necessidade de receber os estímulos visuais e sonoros destes alunos, dando-lhes comandos claros e objetivos para que compreendam. Os professores relatam ainda que, para auxílio da execução destas tarefas, a escola conta com aparelhos e instrumentos cujos objetivos são instigar e desafiar a capacidade cognitiva destas crianças. Com isso, as evoluções são consideráveis, principalmente, nos níveis de adaptação.

Seguindo, entendemos que o ambiente escolar é um dos principais e mais complexos componentes desse processo de adaptação. A cada ciclo, a escola precisa se reinventar e readaptar para criar as condições ideais e necessárias para o acolhimento daquelas pessoas. Para isso, é fundamental que haja um planejamento escolar que envolva todos os caminhos possíveis e viáveis para a sua recepção.

Neste ponto, essa escola mostra-se bastante preparada. Embora haja muitos desafios, os professores creem que as diversas experiências que tiveram com alunos TEA têm ajudado na preparação e na recepção dos alunos seguintes. Quanto ao planejamento, é essencial a

participação e comprometimento de todos os envolvidos (equipe de professores, profissionais de apoio e gestores).

Outro fator muito relevante neste contexto é o grau de envolvimento da família. “Uma grande ajuda para todos os indivíduos com autismo, independentemente do grau de severidade, vem das relações familiares, em razão do enfoque na comunicação, na interação social e no afeto.” (CUNHA, 2017, P77-78). Ela é essencial e pode desenvolver uma série de atividades em casa e/ou junto à escola para tornar o aluno TEA mais independente. Há uma série de práticas que passam pela voluntariedade da escola, mas é essencial que a família esteja preparada para trabalhar em conjunto com os professores.

A família deve ser um dos principais elos dessa intervenção à criança e parte integrante desse processo, já que esta é a instituição que a criança autista reconhece e teve acesso. É a família que sabe todas as particularidades, dificuldades e potencialidades da criança; por isso, somente com a sua integração com a escola poupara a todos de um longo caminho de erros e mais sofrimentos para a criança.

Neste sentido, todos na Escola têm opinado que o caminho é incentivar e oferecer condições necessárias para a presença da família. Os professores relatam que as portas da escola estão abertas para recebê-los em qualquer parte do processo: seja na organização ou adaptação. Ainda, a comunicação em via dupla é essencial para que os educadores entendam as suas realidades e para que a família consiga, junto à escola, o progresso da sala de aula em casa.

Sabe-se que, historicamente, esse é um problema que foi negado e, por muito tempo, pessoas com TEA eram segregados. Elas viviam em uma outra realidade, distante da sociedade; não eram aceitas e os autistas eram excluídos do convívio social. Depois disso, houve um movimento para integração, mas, apesar de serem aceitos e frequentarem as escolas, eles eram separados dos demais alunos. Percebeu-se, então, que a melhor solução para o desenvolvimento dessas crianças autistas era a inclusão. Depois disso, provou-se que é viável e possível que elas dividam os ambientes com outras crianças.

Nota-se que houve um certo receio que, naturalmente, ocorre com o advento de mudanças dessa dimensão. Mas ficou evidente que essa nova realidade foi benéfica para todos; o desenvolvimento destas crianças foi gradualmente potencializado. É possível perceber a mudança de comportamento quando estão em sala de aula com seus colegas. Todavia, isso pode ser um reflexo de diretrizes da escola, que preza cada vez mais por estabelecer relações mais empáticas, que envolvam alunos, professores e gestão.

Ainda nesse contexto, a relação entre os demais alunos e aqueles com TEA evoluem de forma muito natural e bastante efetiva. Há muito respeito, acolhimento e um crescimento mútuo. É natural que tenham algum cuidado, pois cada aluno tem sua especificidade. Além disso, esse processo de construção das relações requer bastante atenção, já que pode haver um grande descompasso entre as entregas e desejo de cada uma das partes. Esse sentimento de pertencimento é benéfico para o desenvolvimento e a autoestima das crianças com TEA.

Partindo de tudo isso que foi posto, é evidente que este é um processo ao qual ainda podemos vislumbrar progressos. As instituições que aceitam essas crianças também se responsabilizam pelo desenvolvimento dessas crianças e pela inserção delas no meio em que vivem. Mas é evidente que a estrutura de acolhimento ainda é precária e precisa de melhorias.

Na Escola Estadual Nhanhá do Couto, percebe-se esse progresso, mas há também algumas queixas a respeito do que poderia já ser diferente. Faltam-lhes recursos, apoio e preparação para algumas ações. Todos sentem falta de melhor capacitação e orientação para os membros da escola. Isso, inclusive, pode ser estendido às famílias.

Em consonância com tal situação, é possível que novos recursos e estratégias sejam adotados. Nota-se que, apesar de apresentar um resultado muito satisfatório, não há nenhuma alternativa à figura do professor de apoio; em tempo que, também padecem de propostas curriculares mais dirigidas e elaboradas para necessidades específicas. Soma-se a isso a falta de um plano característico e peculiar de avaliações orientadas para esse tipo de necessidade especial, de forma que possamos ponderar na avaliação a necessidade específica de cada uma dessas crianças.

Enfim, vamos à percepção do que ainda se pode ser feito em nível governamental, em função dessa causa. Uma das principais queixas é sobre a falta de regulamentação de uma flexibilização e/ou das avaliações. Além disso, pede-se maior efetividade ao cumprimento das ações propostas em dispositivos legais, incluídos programas que desenvolvam a participação ativa das famílias no processo de acolhimento e desenvolvimento.

De tudo isso, compreendemos que a situação de crianças autistas em escolas de ensino regular resulta de uma evolução didática e pedagógica, que perpetua ao longo destes últimos anos. “Por isso, precisamos de formação profissional, capacitação humana e de políticas públicas que deem condições práticas às escolas no exercício da educação inclusiva” (CUNHA, 2016, P23). Associada a isso, percebemos uma predisposição em ajudar muito grande por parte dos profissionais da Escola Estadual Nhanhá do Couto.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão da criança com TEA deve estar muito além da sua presença na sala de aula; deve-se priorizar a aprendizagem e o desenvolvimento das habilidades e das potencialidades.

A educação tem se mostrado uma grande ferramenta para o desenvolvimento de uma criança autista. A sua presença na escola permite-lhe tanto aprender matérias regulares quanto inteirar-se de atividades do cotidiano. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar preparada, com profissionais capacitados e uma família que se envolva no processo.

Se a adaptação se torna um problema para a criança, a unidade escolar deve pensar de forma singular esse ambiente para o autista. Por isso, é recomendável que se adote métodos de aprendizagem, e desenvolva rotinas e ambientes que envolvam e acolham esta criança, de modo que o ambiente se adapte à sua realidade, e não o inverso.

A respeito da realidade apresentada pela Escola Estadual Nanhá do Couto, podemos perceber que se trata de uma unidade escolar em estágio bastante avançado quanto à preparação para acolhimento de crianças com TEA. Ela tem trabalhado a inclusão de alunos com necessidades especiais há alguns anos.

Em contrapartida, as indicações do IDEB mostram que esta é uma escola muito bem classificada. Está entre as melhores das escolas ranqueadas, nacional e localmente. Por certo, se destoa do que a Rede de Ensino Público tem oferecido às nossas crianças. Sendo assim, considera-se que, provavelmente, as boas práticas visualizadas na Escola Nanhá do Couto não sejam replicadas em outras escolas com índices inferiores aos dela.

Conclui-se que ainda há uma longa jornada até a total inclusão de alunos com TEA. Todo o processo percorrido até as datas recentes estão muito aquém do que é legalmente proposto. Porém, ainda assim, já há consideráveis avanços e uma enorme esperança de que sejamos exemplos para o mundo, na situação de desenvolver o bem-estar de crianças com TEA.

## 6. REFERÊNCIAS

ABRÃO, Jorge Luís Ferreira. Os primórdios da Psiquiatria Infantil e seus reflexos no Brasil. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 37, 2020.

ALBUQUERQUE, Alessandra Rocha de; CÔRTEZ, Maria do Socorro Mendes; Contribuições para o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista: De Kanner ao DSM-V. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 3, n. 7, p. 864-880, 2020. Disponível em: <<http://www.revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/248>>. Acesso em maio de 2022.

AMERICANA, Associação Psiquiátrica. Manual Estatístico e Diagnóstico dos Transtornos Mentais, 5a edição-DSM-5. **Porto Alegre: Artmed, 1995.**

ANACHE, Alexandra Ayach. As contribuições da abordagem histórico-cultural para a pesquisa sobre os processos de aprendizagem da pessoa com deficiência mental. In: JESUS, Denise Meyrelles. et al. **Educação especial: diálogo e pluralidade.** Porto Alegre: Mediação, 2008.

ARTIGAS-PALLARÈS, Josep; PAULA, Isabel. El autismo 70 años después de Leo Kanner y Hans Asperger. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, v. 32, n. 115, p. 567-587, 2012.

BOSA, C. Autismo: atuais interpretações para antigas observações. In: Baptista, C. R.; Bosa, C. (Org.). **Autismo e educação.** Porto Alegre: Artmed. 2002.

BRASÍLIA (DF). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da educação básica (2019).** Brasília, 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202012.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2012.764%2C%20DE%2027%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202012.&text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,11%20de%20dezembro%20de%201990). Acesso em maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em maio de 2022.

BRASÍLIA (DF). Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde – Conitec. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Comportamento Agressivo no Transtorno do Espectro do Autismo.** Brasília, 2021.

BRASÍLIA (DF). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em 31 jan.2022.

BRASÍLIA (DF). Organização Pan-americana da Saúde / OPAS. In: \_\_\_\_\_ **Transtorno do espectro autista**. Brasília; 2022. Disponível em <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista> . Acesso em 31 jan.2022.

BREITENBACH, Fabiane Vanessa; HONNEF, Cláucia; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Educação inclusiva: as implicações das traduções e das interpretações da Declaração de Salamanca no Brasil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, p. 359-379, 2016.

BUENO, Silvana Beatriz. A biblioteca e a brinquedoteca: mediadores do livro, objeto prazeroso de saber e lazer no ambiente escolar. **Ciências & Cognição**, v. 8, 2006.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão: Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Wak Editora. Edição do Kindle. 2017, P 77-78.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na Escola: Um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2016.

\_\_\_\_\_. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Digitaliza Conteúdo, 2020.

CUNHA, Gracielle Rodrigues da; BORDINI, Daniela; CAETANO, Sheila Cavalcante. Autismo, transtornos do espectro do autismo. In: CAETANO, Sheila Cavalcante; LIMA-HERNANDES, Maria Célia; PAULA, Fraulein Vidigal de; RESENDE, Briseida Dôgo de; MÓDOLO, Marcelo (Orgs.). **Autismo, linguagem e cognição**. Jundiaí: Paco, 2015.

FERNANDES, Hercília Maria; DE ARAÚJO, Marta Maria. Pedagogia científica à descoberta da criança. MONTESSORI, Maria Tecla Artemesia. Pedagogia científica: a descoberta da criança. Tradução Aury Azélio Brunetti. São Paulo: Editora Flamboyant, 1965. Revista Educação em Questão, v. 50, n. 36, p. 248-252, 2014.

FERNANDES, Alexandra AS. **Autismo**. Clube de Autores, 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GAUDERER, E. C. **Autismo**. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 1993.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. Editora Atlas, São Paulo, 6. ed., 2008.

KLIN, Ami. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 28, p. s3-s11, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. reimp. São Paulo: Atlas, v. 310, 2007.

LEMOS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 1, p. 117-130, 2012.

LEMOS, E. L. D. M. D., SALOMÃO, N. M. R., AQUINO, F. D. S. B.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. (2016). Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28, 351-361.

LIRA, S. M. **Escolarização de alunos autistas: histórias de sala de aula**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

LOCATELLI, Paula Borges; SANTOS, Mariana Fernandes Ramos. Autismo: propostas de intervenção. *Revista Transformar*, v. 8, n. 8, p. 203-220, 2016.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 261- 297.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2. ed., 2013.

SCHMIDT, Carlo. **Estresse, autoeficácia e o contexto de adaptação familiar de mães de portadores de transtornos globais do desenvolvimento**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

SILVA, Jeisiane et al. **Diagnóstico do autismo na primeira infância. SEFIC 2018**.

SILVA, M. F. M. C.; FACION, José Raimundo. Perspectivas da inclusão escolar e sua efetivação. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2ª ed. Curitiba: Ibpex, p. 185-216, 2008.

SILVA, Maria Vieira; PERONI, Vera Maria. As mutações na oferta da educação pública no período pós-Constituição Federal e suas implicações na consolidação da gestão democrática. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 29, n. 2, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

## **ANEXO A - QUESTIONÁRIO**

1 - Quais foram as principais dificuldades da escola ao receber alunos autistas? E como foram contornadas?

2 - Referente ao ensino e à aprendizagem desses alunos, qual é o cuidado que a escola tem em relação ao conteúdo que é ministrado para o aluno?

3 - Quais as metodologias, conhecimentos, estratégias a escola tem considerado mais aptas ou adequadas para trabalhar com estes alunos? E tem mostrado evolução?

4 - Quanto à parte do planejamento escolar, que é fundamental para um ano letivo com sucesso e bons resultados. Como se deu o planejamento escolar para receber esses alunos? Quem esteve envolvido no plano de recepção e adaptação deles à escola?

5 - Qual o papel da família nesse processo? Como a família pode atuar para agilizar a inclusão e facilitar a adaptação desses alunos?

6 - Sabe-se que houve por muito tempo uma cultura de negação desse problema e clara segregação desse grupo de alunos, assim como qualquer outra diferença, os autistas eram excluídos da sociedade. Em seguida, houve uma tentativa de integração, em que eles eram levados às escolas, mas eram separados dos demais alunos. Percebeu-se, então, que a melhor solução era a inclusão destes alunos, juntá-los aos demais. Como você percebeu essa evolução? E o que isso agregou aos alunos autistas? E aos demais alunos? E a escola num todo?

7 - Como é a relação dos alunos autistas com os demais? Professores e colegas; durante as aulas e durante os intervalos?

8 - Em geral, você considera que as escolas atualmente estão totalmente preparadas para receber alunos autistas? O que ainda pode ser melhorado?

9 - Quanto às políticas públicas de inclusão social nas escolas, há muito avanço a se fazer? Quais seriam?

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**

Eu Isadora Felipe Carneiro RA 29886

Declaro, com o aval de todos os componentes do grupo a:

AUTORIZAÇÃO

NÃO AUTORIZAÇÃO ( )

Da submissão e eventual publicação na íntegra e/ou em partes no Repositório Institucional da Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS e da Revista Científica da FacUnicamps, do artigo intitulado: Inclusão Escolar de Crianças Autistas, com Ênfase no Ensino e Aprendizagem

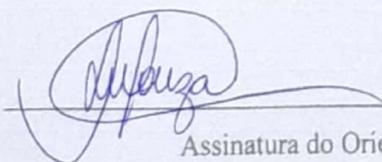
De autoria única e exclusivamente dos participantes do grupo constado em Ata com supervisão e orientação do (a) Prof. (a): Luciane Silva de Souza

O presente artigo apresenta dados válidos e exclui-se de plágio.

Curso: Pedagogia. Modalidade afim Artigo

Isadora Felipe Carneiro

Assinatura do representante do grupo

  
Assinatura do Orientador (a):

Dra. Luciane Silva de Souza  
Professora

Obs: O aval do orientador poderá ser representado pelo envio desta declaração pelo email pessoal do mesmo.

Goiânia, 28 de junho de 2022